

Habitação saudável, cidade sustentável e a interlocução entre ciência e sociedade.

Élgen Soares Mendes

Mestrando, Arquitetura e Urbanismo, USJT, Brasil
elgenmendes.1852@aluno.saojudas.br

Letícia Moreira Sígolo

Professora Doutora, USJT, Brasil.
leticia.sigolo@saojudas.br

Renata Ferraz de Toledo

Professora Doutora, USJT, Brasil.
Renata.toledo@saojudas.br

RESUMO

A Covid-19 oportunizou importantes reflexões sobre a organização das cidades e das moradias, sua influência na saúde e a necessidade de agirmos em direção à construção de um mundo com menos iniquidades e mais sustentável. Este trabalho teve por objetivo analisar a relação entre saúde, habitação e sustentabilidade, e de que forma esses temas se interconectam e se relacionam com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030. Trata-se de um estudo de natureza teórica e conceitual, de abordagem qualitativa, realizado por meio de revisão bibliográfica. A análise de 15 artigos selecionados permitiu a construção de três categorias: a primeira aborda a conexão habitação e saúde; a segunda, em uma escala mais macro, analisa a relação cidade, saúde e sustentabilidade; e a terceira destaca a relevância de processos participativos para o fortalecimento de políticas públicas. Evidenciou-se a relevância de se pensar a 'saúde da habitação e das cidades' de forma interdisciplinar e intersetorial, considerando os diversos determinantes ambientais, sociais, culturais, econômicos, políticos, entre outros, e suas conexões, em direção à sustentabilidade, e a saúde como transversal a todos os ODS, o que demanda o fortalecimento de políticas públicas saudáveis. É imperativo ético a criação e ampliação de espaços de diálogo para qualificar políticas públicas na interface das áreas da saúde, ambiente e do planejamento urbano, e enfrentar situações de vulnerabilidade socioambiental e de iniquidades em saúde. O atual cenário de pandemia pelo Covid-19 reforça essas evidências e exige maior aproximação entre ciência, política e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação saudável. Desenvolvimento sustentável. Participação social.

1 INTRODUÇÃO

A Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-cov-2) e declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ao final do primeiro trimestre de 2020, jogou luz sobre os principais problemas sociais do século XXI. Para António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Covid-19 criou uma oportunidade de refletirmos e agirmos em direção à construção de um mundo com menos iniquidades e mais sustentável, por meio de um Novo Contrato Social e um Novo Acordo Global. Para ele, a construção desse novo mundo deve, entre outras coisas, promover políticas de segurança social, em especial por meio da cobertura universal de saúde e alcançar, nos próximos dez anos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (GUTERRES, 2020).

Além disso, frente à crescente complexidade, associada às demandas socioambientais e de saúde da contemporaneidade, Gibbons (1999) já nos alertava para a necessidade de um novo contrato social da ciência com a sociedade, mais transparente e participativo, com a ampliação de espaços produtores de ciência e o estabelecimento de novas rotas de comunicação, encorajando a sociedade a internalizar responsabilidades.

Nesta mesma direção, proposta em 2015 pela ONU, a Agenda 2030 indica 17 objetivos e 169 metas, a fim de que, com o empenho global das nações ao redor do planeta, seja possível alcançar até o ano de 2030 um modelo de desenvolvimento mais sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental (UN, 2015).

Em adição, ao se considerar que a saúde de indivíduos e grupos sociais está associada às diferentes situações em que as pessoas nascem, crescem, vivem e envelhecem, ou seja, aos determinantes sociais, espaciais e ambientais da saúde (CNDSS, 2008), evidencia-se a necessidade de compreendê-la de forma ampliada e integral, para além dos fatores biológicos individuais, e voltando também a atenção para diversos aspectos sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais, além dos aspectos espaciais e ambientais, com influência na saúde, os quais podem se tornar fatores de risco para a população e ampliar situações de vulnerabilidade (CARMO e GUIZARDI, 2018).

Assim, ao se analisar o caráter multidimensional dos 17 ODS, que dialogam com questões como pobreza e fome, acesso à água, ao saneamento e energia, estruturas urbanas,

meio ambiente, educação, lazer, cultura, trabalho, emprego, entre outros, e ao se apoiar no entendimento de saúde como resultante de determinantes socioespaciais em diferentes escalas, verifica-se a pertinência de uma abordagem transversal, do tema da saúde, aos 17 objetivos da Agenda 2030.

Considera-se ainda relevante resgatar dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que já indicava que até o ano de 2018 cerca de 55% da população mundial viveria em áreas urbanas, e que até o ano de 2030 esse percentual alcançará 60% (UN, 2018). Além disso, há uma estimativa de que as 440 cidades que mais crescem em países de economias emergentes serão responsáveis sozinhas por quase metade de todo o crescimento econômico mundial até 2025 (WORLD BANK, 2013).

Sobre este aspecto, cumpre destacar que, para Celso Furtado, crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos e o primeiro não conduz por si só ao segundo. Segundo ele, o desenvolvimento da economia de países periféricos como o Brasil estaria associado à superação do subdesenvolvimento, que ocorreria apenas se a expansão na acumulação de capital e os avanços das forças produtivas gerassem “transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do excedente” e estivessem comprometidos com a melhora efetiva nas condições de vida da população (FURTADO, 2016, p.37). Para o autor, há muito tempo evidencia-se que os modos de produção e consumo hegemônicos provocam danos irreversíveis ao meio ambiente (FURTADO, 1974).

Dessa forma, políticas públicas que visem a promoção da saúde devem envolver o acesso ao saneamento básico e serviços urbanos adequados, dentre eles o de saúde, bem como à moradia digna e bem localizada, ao transporte, à educação, à cultura, ao meio ambiente qualificado, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento sustentável, entendido de forma ampla e multidimensional, tendo, portanto, a saúde e o bem estar das pessoas como elementos centrais.

Neste contexto urbano, adicionam-se também os resultados de um estudo desenvolvido pela OMS em 2011 que analisou os impactos na saúde das pessoas relacionados às condições das habitações em países europeus e estimou o tempo médio de permanência das pessoas em suas casas de oito horas por dia (WHO, 2011). Esta média pode ser ainda maior nos países em desenvolvimento, por questões ligadas ao desemprego e à distribuição nas faixas etárias da população. Além disso, no momento atual da pandemia por Covid-19, a OMS recomenda que, para diminuir a velocidade de contágio do vírus, além das lavagens das mãos frequentes, as pessoas façam isolamento social, permanecendo em casa o máximo de tempo possível (WHO, 2020).

Assim, práticas saudáveis, que proporcionem qualidade de vida e previnam o surgimento de doenças e sua proliferação, por muito tempo estiveram resumidas a uma boa alimentação, exercícios físicos regulares e a outros cuidados básicos de saúde. Mas, nas últimas décadas, estudos diversos se dedicaram a identificar os determinantes e condicionantes da saúde de forma mais abrangente e a entender como podem contribuir para a sua promoção, destacando o meio onde se vive e como as condições físicas e ambientais da cidade e da própria habitação podem influenciar diretamente a saúde dos seus moradores (SHARPE *et al.*, 2018).

2 OBJETIVOS

Este trabalho teve por objetivos analisar como os temas, saúde, habitação e sustentabilidade, se relacionam e de que forma se conectam com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza teórica e conceitual, a partir de uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica, apoiada nos temas saúde, habitação e sustentabilidade. Para Severino (2017), nesse processo avalia-se o que já se produziu sobre o assunto, situando-se a partir daí a contribuição que a pesquisa pode dar ao conhecimento do objeto estudado.

Foram realizadas buscas nas bases eletrônicas de dados *Scientific Electronic Library* (Scielo) e *Ebsco Information Services* (Ebsco), a partir dos seguintes descritores: “saúde” and “sustentabilidade”, “habitação” and “saúde”, “habitação” and “sustentabilidade”, nos idiomas português e inglês. Os critérios de inclusão definidos para a seleção das publicações que seriam analisadas foram: artigos publicados a partir de 2016, por essa pesquisa ter como objetivos investigar a conexão destes temas entre si e com os ODS da Agenda 2030; artigos publicados em português e inglês disponíveis na íntegra; e, a partir da leitura de títulos e resumos, artigos que melhor respondessem aos objetivos desta pesquisa.

A organização, apresentação e análise das publicações selecionadas ocorreram de forma descritiva, permitindo a construção de categorias de análise que reunissem os conhecimentos produzidos a partir desta revisão bibliográfica.

4 RESULTADOS

A busca de publicações nas bases de dados Scielo e Ebsco, a partir dos descritores e do período de busca definidos, resultou, inicialmente, em 373 artigos. Destes, a partir dos critérios de inclusão, foram selecionados para a análise 15 artigos. O quadro 1, a seguir, traz especificações destes artigos.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise nesta revisão bibliográfica.

Base de dados	Títulos	Autoria e ano	Periódico	Temática
Scielo	Urban environment quality assessment using a methodology and set of indicators for medium-density neighbourhoods	DELSANTE, Ioanni. (2016)	Ambiente Construído	Metodologia para análise da qualidade urbana
Scielo	Mapeando iniciativas territoriais saudáveis, suas características e evidências de efetividade	FREIRE, Maria do Socorro Machado; SALLES, Rosane Paula de Senna; SÁ, Ronice Maria Pereira Franco de. (2016)	Ciência & Saúde Coletiva	Projetos de promoção da saúde
Scielo	Habitação e saúde	PASTERNAK, Suzana. (2016)	Estudos Avançados	Critérios para uma habitação saudável.

Scielo	Política de promoção da saúde e planejamento urbano	SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; MATTOS, Thiago Pedrosa. (2016)	Ciência & Saúde Coletiva	Diretrizes brasileiras para o planejamento urbano
Scielo	Objectives of sustainable development and conditions of health risk áreas.	DJONÚ, Patricia <i>et al.</i> (2018)	Ambiente & Sociedade	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Scielo	Promotion of health, sustainability and social development of a vulnerable Community	JESUS, Viviane Silva de <i>et al.</i> (2018)	Revista Brasileira de Enfermagem	Promoção da saúde por meio de um projeto de pesquisa-ação
Ebsco	Governing 'Sustainable Urban Development' Through Self-Build Groups and Co-Housing	SCHELLER, David; THÖRN, Hakan. (2018)	International Journal Of Urban And Regional Research	Participação social no processo de Desenvolvimento Urbano Sustentável
Ebsco	Making the Case for "Whole System" Approaches	SHARPE, Richard <i>et al.</i> (2018)	International Journal Of Environmental Research And Public Health	Intervenções habitacionais saudáveis
Scielo	Na ausência de endereço, onde mora a saúde? Determinantes sociais e populações de ocupações	CASTELANELI, Isabeli Karine Martins <i>et al.</i> (2019)	Saúde em Debate	Habitação e condições de saúde
Scielo	Habitação saudável e biossegurança	COHEN, Simone Cynamon; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; NAVARRO, Marli Brito Moreira de Albuquerque; KLIGERMAN, Débora Cynamon. (2019)	Saúde em Debate	Crterios para uma habitação saudável
Scielo	Nexos de exclusão e desafios de sustentabilidade e saúde em uma periferia urbana no Brasil	GIATTI, Leandro Luiz <i>et al.</i> (2019)	Cadernos de Saúde Pública	Exclusão cognitiva e exclusão social
Ebsco	Housing-Based Health Interventions: Harnessing the Social Utility of Housing to Promote Health	HERNÁNDEZ, Diana. (2019)	American Journal Of Public Health	Promoção da saúde em habitações coletivas
Scielo	Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade	FERENTZ, Larissa Maria da Silva; GARCIAS, Carlos Mello; SETIM, Leana Carolina Ferreira. (2020)	Análise Social	Qualidade e bem-estar
Scielo	Na contramão dos objetivos do desenvolvimento sustentável	GUIMARÃES, Édson; FERREIRA, Maria Inês. (2020)	Saúde e Sociedade	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Scielo	Círculos de cultura sobre determinantes socioambientais	SANTOS, Francisco Nilson Paiva dos; TOLEDO, Renata Ferraz de. (2020)	Revista Gaúcha de Enfermagem	Promoção da saúde e participação social

Fonte: Próprios autores, 2021.

Dentre os artigos selecionados para análise, 9 foram publicados em periódicos da área da saúde, 2 da área de arquitetura e urbanismo, 1 da sociologia e 1 deles em um periódico essencialmente interdisciplinar, o que se relaciona, evidentemente, aos descritores utilizados nessa pesquisa e critérios de seleção, mas mostra também que a temática ambiental tem sido abordada na interface com essas áreas.

A leitura e análise destes artigos selecionados permitiu a construção de três categorias: a primeira aborda a presença da conexão habitação e saúde; a segunda, em uma escala mais macro, analisa a relação cidade, saúde e sustentabilidade; e a terceira destaca a relevância de processos participativos e do engajamento da população local para o fortalecimento de políticas públicas.

4.1 Habitação e saúde

O entendimento da promoção da saúde por meio da qualidade da habitação vai muito além de colocar pessoas em casas saudáveis. Este é o enfoque da publicação de Sharpe *et al.* (2018), onde os autores defendem a necessidade de considerar todos os aspectos ligados à moradia, desde os aspectos físicos do edifício, os fatores ligados à capacidade do indivíduo de ter acesso e manter uma moradia saudável, até as características mais amplas do lugar onde a moradia está inserida e o nível de experiência comunitária que isso proporciona. Considera-se, portanto, que a promoção da saúde, por meio da integração desses fatores, exige o envolvimento contínuo da comunidade e dos gestores de políticas públicas.

O levantamento de Castelaneli *et al.* (2019) investiga determinantes sociais da saúde (DSS) em ocupações no município de Campinas, interior do estado de São Paulo. Para os moradores consultados nesta pesquisa muitos fatores ligados à estrutura física da moradia, relacionados à salubridade, habitabilidade e estanqueidade, e à infraestrutura do aglomerado urbano contribuem diretamente para o agravamento de problemas de saúde. Além disso, o acesso aos serviços de saúde é descrito como algo difícil. Um fator importante destacado pelos autores é também o efeito da violência e da discriminação na autoestima e na saúde mental dos moradores.

Outro estudo com foco na habitação, de autoria de Cohen, Cardoso, Navarro e Kligerman (2019), investiga estratégias de análise de fatores de risco internos e externos ao ambiente construído. As autoras defendem uma articulação entre biossegurança e habitação saudável, tendo como ponto comum para a análise da qualidade do morar, a construção de um *check-list*, segundo estas duas perspectivas. Esse *check-list* deve contemplar aspectos físicos, socioculturais, técnicos-sanitários e psíquicos dos ambientes. Fatores como: uma vizinhança equilibrada; funcionalidade, racionalidade e flexibilidade do espaço; qualidade e durabilidade da construção; segurança; habitabilidade urbana; e acessibilidade. A ideia é que as estratégias sejam usadas de maneira complementar, possibilitando que a avaliação, o planejamento e a execução de espaços voltados para a habitação promovam a saúde, a segurança, o bem-estar e a qualidade ambiental. No Brasil, a demanda por habitação de interesse social e a grande quantidade de habitações autoconstruídas (passíveis de consolidação e qualificação) podem ser oportunidades de verificação dessa articulação e abrem possibilidade para a adoção de estratégias alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O olhar ampliado para a habitação, para além da sua estrutura física, é tema também da pesquisa de Hernández (2019). Ações de promoção da saúde no ambiente residencial podem,

segundo o autor, alcançar resultados melhores se tiverem seu foco de atuação ampliado para aspectos socioambientais relacionados à habitação, complementando os aspectos físicos, abarcando ações, em especial, que busquem o fortalecimento de práticas sociais nos espaços públicos ou coletivos dos assentamentos (onde geralmente vivem pessoas em situação econômica de vulnerabilidade). Esse fortalecimento pode promover maior apoio comunitário entre os residentes, com possibilidade de envolver várias gerações diferentes. Além de habitações de interesse social, instituições comunitárias estáveis como escolas e igrejas são importantes pontos de referência na vida diária das pessoas e podem oferecer um alicerce importante para políticas de promoção da saúde.

Contribuindo para o debate sobre moradia adequada, Pasternak (2016), em sua pesquisa, aponta a presença de dois grupos de assentamentos precários, para os quais as políticas públicas devem apresentar respostas distintas. O primeiro grupo é constituído por assentamentos cujos domicílios apresentam inadequações, relacionadas às características mínimas capazes de oferecer conforto, segurança e promover a saúde de seus moradores, e podem ser corrigidas por meio de reforma; e o segundo, cujos domicílios inadequados não são passíveis de melhoria por meio de uma reforma, exigindo que seus moradores busquem uma moradia nova. A relação habitação-saúde e os critérios indicados pela autora para que uma habitação promova o equilíbrio desta relação são analisados em quatro dimensões: casa e doenças transmissíveis; casa e necessidades fisiológicas; casa e acidentes domésticos; e casa e saúde mental.

4.2 Cidade, saúde e sustentabilidade

Em uma escala mais macro, das cidades, essa relação saúde e ambiente, ou saúde e sustentabilidade, também se faz presente em artigos desta revisão, analisando aproximações entre políticas públicas de saúde e de desenvolvimento urbano, propondo e validando indicadores, relacionando-os, inclusive, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre outros aspectos.

A publicação de Sperandio, Francisco Filho e Mattos (2016) destaca estudos que vêm sendo realizados pelo Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR), da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Campinas (FEC-Unicamp), desde 2012, a fim de identificar as convergências entre o planejamento urbano e a promoção da saúde, viabilizando projetos e práticas sociais que promovam a saúde e a qualidade de vida, ampliando e reforçando o papel interdisciplinar da universidade na construção de novas metodologias para compartilhar saberes e interesses comuns. Os autores constataram que o Estatuto da Cidade e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) oferecem diretrizes importantes para gestores públicos que almejam uma cidade saudável.

Na publicação de Ferentz, Garcias e Setim (2020) os autores descrevem um estudo piloto para elaboração de um Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS) para a cidade de Curitiba, no estado do Paraná, formulado a partir do Indicador de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde - versão resumida (WHOQOL -BREF), do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) e do Indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB). O IDS Curitiba propõe a superação dos limites de dados estatísticos, focando na percepção da população sobre a vida na cidade, de forma a contribuir de maneira mais efetiva para a construção de políticas públicas e

adoção de medidas pelos gestores e, conseqüentemente, de forma mais assertiva na solução de problemas que afetam diretamente a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Outra pesquisa que destaca a importância de indicadores para políticas públicas ambientais e de gestão urbana mais assertivas foi a realizada por Delsante (2016), entretanto, nesse caso, valorizando a objetividade de dados numéricos. Descreve a verificação de um método capaz de avaliar a qualidade ambiental urbana em bairros de média densidade, por meio de 74 indicadores, que avaliam desde a qualidade da paisagem até a quantidade de assentos disponíveis no transporte público, e de expressá-la em valores numéricos. Em termos de sustentabilidade socioambiental a aplicação de metodologias como essa podem contribuir para ações mais duradouras, coerentes e objetivas de gestores públicos, visto que reduzem a subjetividade no processo de avaliação e permitem um monitoramento de longo prazo.

Na pesquisa de Guimarães e Ferreira (2020) os autores apresentam a aplicação do Indicador Índice de Pobreza Hídrica (IPH) na Ilha Colônia Leocádia e na Ilha da Caieira, localizadas na região estuarina do Rio Macaé, na cidade de Macaé, RJ, com o objetivo de comparar as condições de vulnerabilidade econômica e ambiental que caracterizam essas ocupações, à luz dos ODS 1 e 6 que são voltados, respectivamente, à erradicação da pobreza e à garantia da disponibilidade e do manejo sustentável de água potável e saneamento. Para essa pesquisa foram feitas adaptações ao IPH para que, além de dados sobre a pobreza hídrica, fosse possível também levantar dados sobre a vulnerabilidade econômica. O resultado mostrou que a distribuição desigual do crescimento econômico provocado pela indústria do petróleo, o crescimento populacional, a ocupação ilegal de territórios protegidos, a especulação imobiliária e a fiscalização ineficiente refletem a diferença entre os padrões de IPH encontrado nas duas localidades. Para as localidades estudadas a pobreza hídrica está diretamente relacionada à vulnerabilidade econômica.

Nesse sentido, a dinâmica da vida urbana e sua demanda por recursos naturais indicam uma relação em desequilíbrio, visto que o modelo de desenvolvimento econômico e social, quase sempre, desconsidera o fator sustentabilidade, e em muitas dimensões essa desconexão entre desenvolvimento e sustentabilidade está direta e indiretamente ligada ao estado de saúde dos cidadãos urbanos. Para Guimarães e Ferreira (2020), a consolidação de um modo de vida pautado na justiça socioambiental e no bem-estar da população requer duas aspirações que se apresentam de forma indissociável: o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Outra publicação em que a análise da relação saúde e ambiente é proposta a partir de um olhar integrado para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é a de Djonú *et al* (2018). Para os autores, embora os 17 ODS sejam integrados, indivisíveis e equilibrados nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional, o ODS 3, relacionado à saúde, apresenta-se de maneira relevante e conectado mais diretamente com problemáticas associadas a: erradicação da pobreza (ODS 1), segurança alimentar (ODS 2), saneamento básico (ODS 6) e redução das desigualdades (ODS 10). A pesquisa investiga os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e condições de saúde em área de risco no Bairro de Mindará, na capital do país africano Guiné-Bissau, por meio da aplicação de 200 formulários junto aos moradores para levantar características socioeconômicas, condições de saúde e acesso à infraestrutura de saneamento básico, apoiada em três indicadores principais: Índice de Ocorrência de Doença (IOD), Índice de Acesso a Serviços de Saúde (IASS) e Índice de Saneamento Básico (ISB). Os resultados mostraram que o bairro tem infraestrutura precária de saneamento básico, alto número de moradores por

domicílio, baixa escolaridade e renda dentre os chefes de família e alto índice de mortalidade infantil. Essas características afetam as condições de saúde e as metas do ODS 3 e evidenciam que, em áreas de risco, em países pobres, a implementação, gestão e alcance dos ODS são um desafio maior que para outros países, porque há ainda a necessidade de se alcançar diversos ODS, inclusive os que se inserem nas necessidades humanas mais básicas.

Por fim, destaca-se nesta categoria, a publicação de Scheller e Thörn (2018) que investiga como o desenvolvimento urbano apresenta oportunidades de contribuir para o cumprimento de algumas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Hamburgo e Gotemburgo, cidades envolvidas em processos de reestruturação urbana, passaram a promover, a partir de 2003, programas para apoiar grupos de coabitação autoconstruída visando a promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Ao analisar como se dá esse processo nas duas cidades, e como esses projetos dialogam com as questões socioambientais, os autores se depararam com uma constante disputa pelo protagonismo dos interesses dos grupos envolvidos, o poder público municipal, a iniciativa privada, e a sociedade civil (representada por grupos de coabitação autoconstruída). Nessa dinâmica, a sustentabilidade não tem um significado ou um objetivo fixo. Para os pesquisadores, a sustentabilidade, em um conceito mais alinhado com desenvolvimento socioambiental tem maior aderência com os interesses dos grupos de coabitação autoconstruída porém, nas duas cidades esses grupos reivindicavam que as responsabilidades atribuídas a eles dentro dos programas não recebam suficientemente em termos de recursos financeiros ou capacitação para permitir que seus objetivos fossem, de fato, concretizados, prevalecendo, assim, os interesses da iniciativa privada mais alinhados com os da gestão pública municipal. Como resultado, alguns dos programas analisados, embora tenham alcançado algum objetivo do ponto de vista socioambiental, também resultaram em gentrificação.

Esclarece-se que, o termo autoconstrução apresentado neste artigo de Scheller e Thörn (2018) refere-se a projetos de coabitação onde os processos são autogeridos pela parcela da sociedade civil diretamente envolvida, onde muitos grupos e entidades participam do programa, dentre eles escritórios de arquitetura. Diferente do significado no Brasil, onde a autoconstrução está ligada a moradias construídas pelos próprios moradores sem auxílio técnico profissional de arquitetos ou engenheiros.

Nessa perspectiva de reconhecimento da relevância de processos participativos e do engajamento da população local para o fortalecimento de políticas públicas na interface das áreas da saúde, ambiente, sustentabilidade e planejamento urbano, estão as publicações analisadas na categoria a seguir.

4.3 Engajamento e participação social na interface saúde, ambiente e sustentabilidade

Estudo de Freire, Salles e Sá (2016) mapeou iniciativas por cidades, municípios e comunidades saudáveis no nordeste do Brasil, e analisou características e evidências da efetividade dessas iniciativas em vinte e três das vinte e quatro cidades que fazem parte da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS). Após o levantamento e análise de dados, as pesquisadoras avaliam que as iniciativas mais bem sucedidas foram aquelas onde: a gestão local estava engajada; as lideranças eram comprometidas; havia continuidade das ações propostas,

apoio e monitoramento externo; engajamento da população local; existência de políticas públicas; a metodologia era facilitadora; e onde havia incentivo à formação e/ou pesquisa.

A valorização de saberes e práticas locais como potencializadores de políticas públicas mais eficazes, na interface saúde e ambiente, também é destaque na publicação de Giatti *et al.* (2019) sobre o nexo água, energia e alimento. Práticas sociais no contexto urbano de vulnerabilidade do bairro Novo Recreio, na cidade de Guarulhos, na Grande São Paulo são, segundo os autores, estabelecidas a partir da escassez e da busca de soluções para problemas locais. Percebeu-se que elas se orientam tanto como contradições, potencializando nexos de exclusão, quanto como sinergias, oferecendo alternativas que orientam a sustentabilidade, a redução da vulnerabilidade e melhores condições de saúde. Percebeu-se, então, a importância de mediar interações entre práticas sociais locais, políticas públicas e questões globais, como a escassez de recursos e premissas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A concepção de interdependências entre gestão de recursos escassos, redução das iniquidades e melhoria de saúde de populações vulneráveis devem ser enfrentadas por meio de práticas sinérgicas que, mesmo espontâneas, e fundamentadas em saberes locais, podem abrir novas perspectivas frente à perversidade e às iniquidades do meio urbano.

Da mesma maneira, a investigação de Santos e Toledo (2020), sobre determinantes socioambientais da saúde, realizada com agentes comunitárias de saúde (ACS) da comunidade de Paraisópolis, SP, evidenciou a importância de se qualificar práticas de atores sociais locais, como protagonistas de possíveis processos de transformação da realidade, favorecendo a sustentabilidade de ações com foco na promoção da saúde. Por meio de uma pesquisa-ação e do percurso das etapas dos Círculos de Cultura do Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire, as agentes comunitárias reconheceram e mapearam, no território adstrito à Unidade Básica de Saúde Paraisópolis II, os principais fatores com influência positiva e negativa na saúde (os determinantes socioambientais da saúde). Aspectos como a ineficiência do saneamento, a precariedade de moradias, presença de animais, equipamentos sociais, questões de violência, fatores comportamentais, entre outros, foram temas geradores de um processo formativo realizado ao longo da pesquisa, integrando os saberes locais ao conhecimento técnico. O forte potencial humano destas ACS, que são moradoras locais, mostrou-se como fundamental para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de iniquidades em saúde. Conforme afirmam os autores, “essa potencialidade soma-se à notória valorização do papel das ACS na Atenção Primária à Saúde, enquanto uma política pública de grande relevância, capaz de contribuir para suplantando a necessária ruptura com a lógica excludente e produtivista da saúde” (p.10).

Ao analisar uma outra pesquisa-ação, desenvolvida em uma comunidade vulnerável no estado da Bahia, Jesus *et al.* (2018) destacam que a participação ativa e a articulação entre uma equipe profissional multidisciplinar, empresas locais e pessoas da comunidade, permitiram a realização de ações educativas sobre os reais problemas da comunidade, envolvendo aspectos relacionados à saúde, ao desenvolvimento econômico e social e à sustentabilidade. A análise das ações de promoção da saúde, realizadas como parte da pesquisa, permitiu o reconhecimento de que os avanços alcançados pela comunidade contribuíram para melhorias socioambientais e nas condições de saúde individual e coletiva dos participantes.

Assim, considera-se que, apesar de evidências sobre a relevância de processos participativos e do engajamento da população local para o fortalecimento de políticas públicas, na interface da saúde, habitação, sustentabilidade e da gestão urbana em geral, a resolução de

problemas nestes contextos parece ainda priorizar a fundamentação e a produção de um conhecimento fragmentado e positivista, que tem como atores sociais protagonistas desses processos os cientistas especializados, os técnicos e os gestores públicos. A sociedade civil e os setores sociais participam apenas quando são atingidos diretamente pelo problema para o qual se procura solução (SULAIMAN; JACOBI; TUR, 2019).

Nessa mesma direção e, em concordância com os resultados da presente pesquisa, Giatti, Landin e Toledo (2014) fizeram um levantamento sobre a participação de atores sociais em pesquisas científicas sobre saúde e ambiente e, como resultado, encontraram um número muito pequeno de pesquisas com a participação desses atores, sendo que esse número só começou a ganhar expressividade a partir de 2004, tendo o melhor resultado no ano de 2008. As pesquisas levantadas foram classificadas em três categorias de acordo com o nível de participação dos atores sociais: desde uma ‘intervenção pontual’, onde os autores dos artigos apenas indicavam que uma modalidade de participação social poderia ser um método aplicável para a busca de solução para o problema estudado; ‘intervenção multi-instrumentos’, onde mais de uma modalidade era sugerida como método e às vezes até aplicada durante a pesquisa; e a ‘intervenção continuada/cíclica’, onde a participação de atores sociais acontecia durante a pesquisa e interferiam diretamente no processo, a qual, conforme também algumas das pesquisas analisadas, em contextos de pesquisa-ação, parece alcançar melhores resultados.

5 CONCLUSÃO

A partir de revisão bibliográfica, o presente trabalho propôs uma análise da relação saúde, habitação e sustentabilidade, bem como de que forma esses temas têm sido abordados na perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pela ONU, na Agenda 2030. Reconhece-se os limites de abrangência desta pesquisa, não permitindo, evidentemente, generalizações, como se espera de estudos de natureza qualitativa. Por outro lado, destaca-se a importância e contribuições das reflexões aqui propostas.

Evidenciou-se a relevância de se pensar a ‘saúde da habitação’ e a ‘saúde das cidades’ a partir de um olhar ampliado, interdisciplinar e intersetorial, que considere os diversos condicionantes e determinantes ambientais, sociais, culturais, econômicos, políticos, entre outros, e suas conexões, em direção à sustentabilidade. Há que se pensar também a saúde como transversal a todos os demais ODS, o que demanda o fortalecimento de políticas públicas saudáveis. A categorização e análise das publicações selecionadas revelou ainda que é imperativo ético a criação e ampliação de espaços de diálogo para qualificar políticas públicas na interface das áreas da saúde, ambiente e do planejamento urbano, e enfrentar situações de vulnerabilidade socioambiental e de iniquidades em saúde.

O atual cenário de pandemia pelo Covid-19 fortalece essas evidências no sentido de que sua deflagração exige mudanças imediatas. Diante deste contexto e necessidade de se planejar e se constituir cidades e habitações mais saudáveis e sustentáveis, Santos (2020) aposta “na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação, e não para o empreendedorismo e competitividade a todo o custo” (p.8). Urge, portanto, repensar nossas cidades, nossa habitação, nosso modelo de desenvolvimento, ou seja, nosso modo de produzir, de distribuir e de consumir riquezas e

espaços na perspectiva da sustentabilidade e da democratização do conhecimento. É sabido que após a pandemia provocada pelo Covid-19, outras virão se nada mudar. Apenas o resgate da chamada “normalidade” precedente à pandemia, que confere status de “normal” a práticas de destruição da natureza e de violência a um vasto contingente de pessoas colocadas em situação de miséria extrema e risco permanente em cidades marcadas por abissais desigualdades socioespaciais, é inaceitável e insustentável do ponto de vista social, econômico, ambiental e da saúde.

6 REFERÊNCIAS

GUTERRES, António. Combatendo uma desigualdade epidémica: um novo contrato social para uma nova era. um novo contrato social para uma nova era. 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/combater-uma-desigualdade-epidemic-a-um-novo-contrato-social-para-uma-nova-era/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARMO, M.E.; GUIZARDI, F.L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública** v.34, n.3, e00101417, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00101417>.

CASTELANELI, Isabeli Karine Martins et al. Na ausência de endereço, onde mora a saúde? Determinantes sociais e populações de ocupações. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 8, p. 11-24, ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s801>.

CNDSS. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

COHEN, Simone Cynamon; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; NAVARRO, Marli Brito Moreira de Albuquerque; KLIGERMAN, Débora Cynamon. Habitação saudável e biossegurança: estratégias de análise dos fatores de risco em ambientes construídos. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1194-1204, out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201912317>.

DELSANTE, Ioanni. Urban environment quality assessment using a methodology and set of indicators for medium-density neighbourhoods: a comparative case study of lodi and genoa. **Ambiente Construído**, v. 16, n. 3, p. 7-22, set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212016000300089>

DJONÚ, Patricia et al. Objectives of sustainable development and conditions of health risk areas. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 0-20, 29 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0091r1vu1813td>.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; GARCIAS, Carlos Mello; SETIM, Leana Carolina Ferreira. Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade: estudo piloto na cidade de Curitiba, Brasil. **Análise Social**, v. , n. 1, p. 168-192, 30 mar. 2020. Instituto de Ciências Sociais. <http://dx.doi.org/10.31447/AS00032573.2020234.07>

FREIRE, Maria do Socorro Machado; SALLES, Rosane Paula de Senna; SÁ, Ronice Maria Pereira Franco de. Mapeando iniciativas territoriais saudáveis, suas características e evidências de efetividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1757-1766, jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.08172016>

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**. Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 37-42, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643216>.

GIATTI, Leandro Luiz et al. Nexos de exclusão e desafios de sustentabilidade e saúde em uma periferia urbana no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, p. 1-12, ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00007918>

GIATTI, Leandro Luiz; LANDIN, Rubens; TOLEDO, Renata Ferraz de. Aplicabilidade da ecologia de saberes em saúde e ambiente e sua permeabilidade na produção acadêmica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4091-4102, out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.08902014>.

GUIMARÃES, Édson; FERREIRA, Maria Inês. Na contramão dos objetivos do desenvolvimento sustentável: avaliação da pobreza hídrica na região estuarina do rio macaé, macaé/rj. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 1-15, jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902020190070>.

HERNÁNDEZ, Diana. Housing-Based Health Interventions: harnessing the social utility of housing to promote health. **American Journal Of Public Health**, v. 109, n. 2, p. 135-136, fev. 2019. American Public Health Association. <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2018.304914>.

JESUS, Viviane Silva de et al. Promotion of health, sustainability and social development of a vulnerable community. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 71, n. 6, p. 3109-3114, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0381>.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 51-66, abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.00100004>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Francisco Nilson Paiva dos; TOLEDO, Renata Ferraz de. Culture circles on social and environmental determinants: action research with community health agents of Paraisópolis, SP. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, p. 1-10, abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190353>.

SCHELLER, David; THÖRN, Hakan. Governing 'Sustainable Urban Development' Through Self-Build Groups and Co-Housing. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.42, n.5, p. 914-928 <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12652>

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SHARPE, Richard *et al.* Making the Case for "Whole System" Approaches: integrating public health and housing. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, v. 15, n. 11, p. 2345-2367, 24 out. 2018. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph15112345>.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; MATTOS, Thiago Pedrosa. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1931-1938, Jun. 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.10812016>.

SULAIMAN, Samia Nascimento; JACOBI, Pedro Roberto; TUR, Antonio Aledo. Riscos e desastres naturais: contribuições da ciência pós-normal para um novo paradigma de conhecimento e gestão. In: JACOBI, Pedro Roberto et al (org.). **Ciência Pós-Normal: ampliando o diálogo com a sociedade diante das crises ambientais contemporâneas**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019. p. 70-88.

UN. United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 14 fev. 2021.

UN. United Nations. **The World's Cities in 2018**. 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

WORLD BANK (org.). Trends. The Shifting Urban Economic Landscape: What Does it Mean for Cities? 2013. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/850421468178735793/pdf/842550WP0Dobbs0Box0382136B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

WHO, World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 28 fev. 2021.

WHO, World Health Organization. Environmental burden of disease associated with inadequate housing. 2011. Disponível em: https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0003/142077/e95004.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.